

## OPINIÃO

A COR DO  
DINHEIRO

**CAMILO LOURENÇO**  
Analista de economia  
camilolourenco@gmail.com

## O SNS serve a ideologia, não os cidadãos

A Saúde vai ser brindada com um orçamento de 13.573 milhões de euros, um recorde. Se atentarmos nas queixas dos partidos, sobretudo os de extrema-esquerda (parece que não estiveram no poder cinco anos), o problema do SNS é a insuficiência de verbas. É com isso que explicam atrasos nas consultas, exames de diagnóstico e cirurgias, falta de médicos (de família e especialistas), falta de equipamento...

São os 13.573 milhões que vão resolver os problemas do SNS? Não! Nem os hospitais passarão a ter os especialistas de que precisam, nem as cirurgias terão prazos mais

curtos, nem haverá mais médicos de família. Porque o problema da Saúde não é dinheiro. É ideologia. É ela que comanda Marta Temido, como comandou os seus antecessores.

Qualquer pessoa que conheça o SNS, até um qualquer "die-hard" de esquerda, sabe o que o sistema precisa. Mas não tem coragem de dizer... nem fazer. Porquê? Porque é o setor do Estado onde há mais lóbis (com muito poder), que vivem do dinheiro dos contribuintes.

Olhemos, por exemplo, para o Hospital Beatriz Ângelo, gerido em PPP até janeiro deste ano: em poucas semanas saíram médi-

cos em número suficiente para criar problemas ao desempenho do hospital (partos e cirurgias oncológicas que não se fizeram por falta de anestesistas). Outro exemplo? O Hospital de Braga, que deixou de ser gerido em PPP em 2019. O Tribunal de Contas detetou derrapagens nas contas, já durante a gestão pública. O serviço melhorou? Não!

Se isto acontecesse quando estes hospitais eram PPP, seria primeira página de jornais e abertura de telejornais. Como a gestão é pública, "no pasa nada". Apesar de nunca os portugueses terem sido tão mal servidos. ■

ACADEMIA E  
REALIDADE

**PEDRO BRINCA**  
Professor Auxiliar da  
Nova School of Business  
and Economics

## Bancos centrais: focus precisa-se

Os bancos centrais são um fenómeno do século XX. Apesar de o primeiro ter sido criado em 1668 (Banco Central da Suécia), no começo do século eram apenas 18, contra os cerca de 200 que existem atualmente. Na altura, pouco mais eram do que uma divisão do governo, sem grandes regras ou propósitos. Hoje, são instituições fundamentais na dinâmica das economias, com um impacto considerável nos rendimentos, poupanças e emprego.

Nos anos 70, com a persistência de inflações elevadas no mundo ocidental, percebeu-se a importância da independência dos bancos centrais perante o poder político. Sob o domínio deste, tendiam a fugir de políticas de combate à inflação mais severas, dado os seus custos eleitorais.

Emerge assim um novo paradigma de independência dos bancos centrais para garantir que não se voltava a inflações elevadas e persistentes. Entre 1980 e 2012, o número de bancos com total independência de ação passou de cerca de 50% para mais de 80%. Seguiu-se um período de queda pronunciada da inflação e de estabilidade da

Percentagem de discursos por parte de bancos centrais que mencionam os seguintes tópicos



Discursos de quadros superiores de cerca de 70 bancos centrais  
Fontes: BIS, The Economist

maior parte das economias, o período da Grande Moderação, reforçando a importância da independência da política monetária no controlo da inflação e na estabilidade das economias.

Em 2008, a Grande Recessão revelou a necessidade de expandir o campo de ação dos bancos centrais a um domínio até aí na sombra da política monetária: a estabilidade do sistema financeiro. O BCE e o FED aumentaram em mais de um terço o nú-

mero de efetivos nos seus quadros, quase todos dedicados à esfera macroprudencial e à supervisão bancária.

Os últimos tempos têm sido pródigos na pressão sobre os bancos centrais para interferirem em cada vez mais domínios da esfera económica, social e política.

Tornaram-se assim "lenders of last resort", não só para governos em apuros, mas também para bancos e até empresas –

como o Main Street Lending Program nos EUA.

Estão cada vez mais sensíveis a temas sociais, como a desigualdade económica e a discriminação racial. Em 2020, o chairman do FED nos EUA, Jerome Powell, definiu como objetivo central da política de emprego que esta fosse inclusiva e prestasse especial atenção às pessoas de baixos rendimentos.

O ambiente está no topo das suas agendas. Christine Lagarde, a chairwoman do BCE, afirmou recentemente ser fundamental incluir a política climática na missão deste banco. Em dezembro, o Banco Central do Japão apoiou empréstimos com uma taxa de juro zero às empresas empenhadas nas questões climáticas, afetando diretamente a alocação de crédito.

Têm ainda sido pressionados para assumir um papel central na emissão de moedas digitais, com potencial interferência nos mercados de intermediação financeira.

Não é assim de espantar que a inflação tenha vindo a perder terreno nos discursos dos bancos centrais, como se vê na figura. Pode questionar-se se uma entidade não eleita deve ter um poder tão abrangente e em assuntos tão variados – e se não andar a descuidar a sua tarefa primária. Com a atual subida da inflação, os bancos centrais têm de se focar naquilo para que foram criados e que continua a ser a sua missão principal: a estabilidade económica e de preços. ■  
Coluna mensal à terça-feira

Os bancos centrais têm de se focar naquilo para que foram criados e que continua a ser a sua missão principal: a estabilidade económica e de preços.